Sumário

Prefácio à 2ª edição, xv

Prefácio à 1ª edição, xix

Introdução da 2ª edição, 1

Introdução da 1ª edição, 5

1 História internacional do petróleo, 7

1.1 Os primeiros tempos, 7
1.2 A Standard Oil, 10
1.3 O petróleo e os motores, 14
1.4 Os movimentos nacionalistas, 17
1.5 A OPEP, 18
1.6 As atuais discussões sobre as reservas, 23
1.7 A crise financeira, 25

2 História brasileira do petróleo, 27

2.1 Os primeiros tempos, 27
2.2 O Decreto-lei nº 395/38, 30
2.3 A lei de criação da Petrobras, Lei nº 2.004/53, 34
2.4 As crises do petróleo, 37
2.5 Biocombustíveis – Bioenergia, 37

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.6 Autossuficiência em petróleo, 41
2.7 Perspectivas para a matriz energética, 42
2.8 As descobertas da Bacia de Santos – Pré-sal, 44

3 Emenda Constitucional nº 9, de 9-11-1995, 45
3.1 A ordem econômica constitucional, 45
3.2 A Constituição Federal de 1988, 48
3.3 A Emenda Constitucional nº 9/95, 50
3.4 Art. 174 da Constituição Federal de 1988, 54
3.5 O modelo do setor elétrico brasileiro, 58
3.6 A Constitucionalidade da Emenda nº 9/95, 59
3.7 Emenda Constitucional nº 6/95, 62
3.8 Art. 246 da Constituição Federal, 64
3.9 Necessária compatibilização, 65

4 Direito do petróleo e suas características, 67
4.1 Definição e objetivos, 67
4.2 Lei do petróleo, gás natural e biocombustíveis, 69
4.2.1 Regulação da ANP para gás natural, 72
4.2.2 Regulação da ANP para biocombustíveis, 73
4.3 Diferenças constitucionais entre o petróleo, gás natural e energia elétrica, 76
4.4 As interfaces com os outros direitos, 79
4.5 Um novo direito – Direito do petróleo, 80
4.6 O aperfeiçoamento das instituições – ADIs do petróleo, 81
4.7 Desafios futuros, 84

5 Capítulo I – Princípios e Objetivos da política energética nacional, 87
5.1 Ementa da Lei do Petróleo, 87
5.2 Princípios e objetivos da política energética, 88
5.3 Preservação do interesse nacional, 90
5.4 Promoção do desenvolvimento nacional, 91
5.5 Proteção aos interesses do consumidor, 92
5.6 Proteção ao meio ambiente, 93
5.7 Garantia do fornecimento de derivados do petróleo, 95
5.8 Incremento ao uso do gás natural, 97
5.9 Soluções para o suprimento de energia elétrica, 99
5.10 Utilização de fontes alternativas/renováveis de energia, 100
5.11 Promoção da livre concorrência, 101
5.12 Atração de investimentos na produção de energia, 102
5.13 Ampliação da competitividade brasileira internacional, 103
5.14 Incremento dos biocombustíveis (bioenergia), 103

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6 Conselho Nacional de Política Energética, 105
6.1 Criação do CNPE, 105
6.2 Peculiaridades do CNPE, 105
6.3 Atribuições legais do CNPE, 107
6.4 Apoio técnico ao CNPE, 110
6.5 Regulamentação do CNPE, 112
6.6 Grupos de trabalho e comitês técnicos, 115
6.7 Fortalecimento da gestão administrativa de consenso, 117

7 Titularidade, 119
7.1 Titularidade, 119
7.2 Monopólio da União, 123
7.3 Atividades Econômicas, 125
7.4 Natureza jurídica da autorização na indústria do petróleo e do gás natural, 127
7.5 Autorização no direito comparado, 130
7.6 Nova natureza jurídica da autorização no direito brasileiro, 131
7.7 Definições técnicas, 134
7.8 Distribuição de gás canalizado, 137
7.9 Introdução dos biocombustíveis, 143
7.10 Considerações gerais, 144

8 Agência nacional do petróleo, gás natural e biocombustíveis (ANP), 145
8.1 Instituição da ANP, 146
8.2 Finalidade da ANP, 148
8.3 Atribuições da ANP, 149
8.4 Articulação com o CADE, 155
8.5 Estrutura organizacional da ANP, 156
8.6 Impedimento após o mandato, 162
8.7 Receitas da ANP, 163
8.8 Processo decisório da ANP, 164
8.9 Sessões deliberativas, 168
8.10 Iniciativa legislativa e regulatória, 169
8.11 Regimento Interno da ANP, 170
8.12 Solução de conflitos, 171

9 Da exploração e da produção, 179
9.1 Normas gerais, 179
9.2 Acervo técnico, 182
9.3 Transferência de informações, 182
9.4 Atividades de exploração, desenvolvimento e produção, 183
9.5 Definição de blocos, 185

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9.6 Fases do contrato de concessão, 186
9.7 Declaração de comercialidade, 186
9.8 Fase de produção, 187
9.9 Empresas concessionárias, 189
9.10 Obrigações das concessionárias, 190
9.11 Planos e projetos de desenvolvimento e produção, 192
9.12 Silêncio da ANP, 193
9.13 Unitização dos campos, 194
9.14 Extinção da concessão, 195
9.15 Devolução das áreas à ANP, 196
9.16 Remoção dos equipamentos, 197
9.17 Transferência da concessão, 197
9.18 Segregação dos recursos naturais, 199
9.19 Normas para as atividades em curso, 199
9.20 Ratificação dos direitos da Petrobras, 200
9.21 Avaliação dos blocos pela Petrobras, 201
9.22 Avaliação da ANP, 201
9.23 Blocos remanescentes, 202
9.24 Edital de licitação, 203
9.25 Edital e seus anexos, 204
9.26 Prazo de duração da fase de exploração, 205
9.27 Participação de consórcios, 205
9.28 Empresa estrangeira, 207
9.29 Julgamento da licitação, 208
9.30 Critérios do julgamento, 209
9.31 Empate no julgamento, 209

10 Contrato de concessão, 211

10.1 Natureza jurídica do contrato de concessão, 211
10.2 Cláusulas essenciais, 216
10.3 Obrigações do concessionário, 224

11 Participações governamentais, 231

11.1 Informações históricas, 231
11.2 Regulação da ANP, 236
11.3 Espécies de participações governamentais brasileiras, 237
11.3.1 Bônus de assinatura, 241
11.3.2 *Royalties*, 242
11.3.3 Instalações de embarque e desembarque, 249
11.3.4 Pagamento pela ocupação ou retenção da área, 256

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

11.4 Processos judiciais, 258
11.5 Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, 259

12 Refino de petróleo e processamento de gás natural, 265
12.1 Característica do refino e do processamento, 265
12.2 Transferência da autorização, 270
12.3 Direito de ratificação, 272
12.4 Refino de biodiesel, 274

13 Transporte de petróleo, derivados e gás natural, 279
13.1 Condições de outorga, 279
13.2 Gás Natural Veicular (GNV), 283
13.3 Gás Natural Liquefeito (GNL), 283
13.4 Gás Natural Comprimido (GNC), 284
13.5 Regras de transição, 286
13.6 Princípio do acesso a terceiros, 287
13.7 Regulação do acesso a terceiros, 288
13.7.1 Resolução ANP nº 27/05, 289
13.7.2 Resolução ANP nº 28/05 – Cessão da capacidade, 291
13.7.3 Resolução ANP nº 29/05 – Critérios para cálculo de tarifas de transporte, 292
13.7.4 Resolução de conflitos, 292
13.8 Regulação da preferência do proprietário, 295
13.9 Regra de transição, 296
13.10 Direito comparado, 297
13.11 Projeto da lei brasileira do gás, 298
13.12 Há crise do gás natural?, 300

14 Importação e exportação de petróleo, derivados e gás natural, 303
14.1 Considerações gerais, 303
14.2 Regulamentação Federal, 304
14.3 Regulação da ANP, 305
14.3.1 Exportação de petróleo, 305
14.3.2 Importação de gás natural, 305

15 Petrobras, 309
15.1 As mudanças institucionais, 309
15.2 Redefinição dos objetivos da Petrobras, 310
15.3 Livre competição com outras empresas, 313
15.4 Participação e desenvolvimento internacional, 316
15.5 Controle acionário da União, 317
15.6 Autorização para constituir consórcio, 318

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

15.7 Autorização para constituir subsidiárias, 320
15.8 Autorização para constituir transportadora, 321
15.9 Autorização para receber valores do PND, 322
15.10 Regulamento simplificado de licitações, 323
15.11 Autorização para firmar pré-contratos, 327

16 Disposições finais e transitórias, 329

17 Comentários à Lei Federal nº 9.847/99, 345
17.1 Considerações gerais, 345
17.2 Ações cíveis e penais, 348
17.3 Razoabilidade e proporcionalidade das sanções, 350
17.4 Prescrição administrativa, 351
17.5 Processo administrativo, 353
17.6 Direito de representação da ANP, 354
17.7 Coisa julgada administrativa, 354
17.8 Dever de informação à ANP, 355
17.9 Emenda Constitucional nº 45/04, 356
17.10 Jurisprudência brasileira, 356
Conclusões, 358

Revisão e atualização, 361

Legislação Complementar, 363

Lei Federal nº 9.847, de 26-10-1999, 363

Decreto Federal nº 2.455, de 14-1-1998, 369

Decreto Federal nº 2.705, de 3-8-1998, 379

Decreto Federal nº 2.745, de 24-8-1998, 391

Decreto Federal nº 2.953, de 28-1-1999, 410

Bibliografia, 419

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br